# PARECER PAR - GACS PSS - 16157/2017

| | |
|---|---|
| **PROCESSO TC/MS** | : TC/5738/2013 |
| **PROTOCOLO** | : 1414010 |
| **UNIDADE JURISDICIONADA** | : PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO GOMES - MS |
| **JURISDICIONADA/INTERESSADA** | : MAURA TEODORO JAJAH |
| **TIPO DE PROCESSO** | : CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DE 2012 |
| **RELATOR** | : JERSON DOMINGOS |

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO. PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO GOMES. PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL A APROVAÇÃO, COM RESSALVAS E RECOMENDAÇÕES.

## 1. RELATÓRIO

Trata-se de Parecer sobre as Contas Anuais de Governo da Prefeitura Municipal de Pedro Gomes – MS, relativa ao exercício financeiro de 2012. O presente parecer é emitido em atenção ao disposto no art. 14, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012 – Lei Orgânica do Tribunal do Estado de Mato Grosso do Sul - LOTCEMS.

A 3ª Inspetoria de Controle Externo, terminantemente, proferiu sobre as Contas Anuais de Governo em tela, a **ANÁLISE ANA - 3ICE - 7327/2015, peça nº 52, fls. 1062/1081**, momento em que se expressou nos termos abaixo:

> *"... somos de entendimento que o Balanço Geral referente ao exercício financeiro de 2012 da Prefeitura Municipal de Pedro Gomes,* ***oferece condições de obter o Parecer Prévio favorável com fulcro no inciso I do Artigo 21 da Lei Complementar Estadual nº 160/2012****, ressalvando a intempestividade na remessa."*

É o relatório. Passo a Opinar.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO

### 2.1. Tempestividade da Apresentação das Contas

O exame da apresentação destas contas anuais de governo no prazo determinado no Anexo I, Capítulo I, Seção II, Item 1, Subitem 1.2, Letra A do Manual de Remessa de Informações, aprovado pela Instrução Normativa nº 35, de 14 de dezembro de 2011 – INTCE, ou seja, dentro de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício financeiro, **foi prejudicado porquanto da ausente da data da postagem, peça 1, fls. 6. O carimbo de recebimento atesta o recebimento neste TCE/MS em 02/04/2013.**

### 2.2. Critérios Utilizados para o Exame das Contas Anuais do Governo Municipal

O exame das matérias versadas nos autos será realizado seguindo os seguintes critérios:

**2.2.1.** Manifestação da Inspetoria de Controle Externo;
**2.2.2.** Remessa Obrigatória de Dados e Documentos;
**2.2.3.** Avaliação da Responsabilidade Fiscal;
**2.2.4.** Orçamento;
**2.2.5.** Execução Orçamentária da Receita e da Despesa;
**2.2.6.** Demonstrações Contábeis;
**2.2.7.** Atendimento das Normas Constitucionais e Legislações Específicas;
**2.2.8.** Achados Mostrados pela Inspetoria de Controle Externo;
**2.2.9.** Irregularidades;
**2.2.10.** Avaliação de Legitimidade e Economicidade; e
**2.2.11.** Documentos Digitalizados de Veracidade Ideológica Presumida.

### 2.2.1. Manifestação da Inspetoria de Controle Externo

Após exame da manifestação da digna Inspetoria de Controle Externo sobre as contas anuais de governo, peça nº 52, fls. 1062/1081, a Auditoria opina no sentido de **concordar parcialmente** com o posicionamento da 3ª ICE, levando em consideração as IMPROPRIEDADES explicitadas nos **itens 2.2.8 e 2.2.9.** Irregularidades.

### 2.2.2. Remessa Obrigatória de Dados e Documentos

No que se refere à remessa obrigatória de dados, consoante com o Manual de Remessa de Informações, aprovado pela INTCE nº 35/2011, as contas anuais de governo **estão** instruídas com os documentos regulares exigidos, conforme Anexo I, Capítulo I, Seção II, Item 1, Subitem 1.2, Letra B.

### 2.2.3. Avaliação da Responsabilidade Fiscal

A Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), elencaram as exigências expostas no quadro a seguir cujas apurações dos resultados estão anotadas de modo analítico na memória de cálculo do Anexo II do apêndice deste parecer.

<table>
<tr><th colspan="7">LIMITES FISCAIS AUTORIZADOS E REALIZADOS</th></tr>
<tr><th rowspan="2">Fundamento</th><th rowspan="2">Exigência Legal</th><th rowspan="2">Receita Corrente Líquida Base de Cálculo R$</th><th rowspan="2">Limite Autorizado R$</th><th rowspan="2">Montante Realizado R$</th><th colspan="2">%</th></tr>
<tr><th>Máximo</th><th>Aplicado</th></tr>
<tr><td rowspan="4">LCF nº 101/2000 – LRF (arts. 18 a 22)</td><td>Despesa Líquida com Pessoal e Encargos</td><td>19.019.120,17</td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr>
<tr><td>Poder Executivo</td><td></td><td>10.270.324,90</td><td>10.173.410,60</td><td>54,00</td><td>53,49</td></tr>
<tr><td>Poder Legislativo</td><td></td><td>1.141.472,21</td><td>569.616,44</td><td>6,00</td><td>2,99</td></tr>
<tr><td>Total</td><td></td><td>11.411.797,11</td><td>10.652.603,52</td><td>60,00</td><td>56,48</td></tr>
<tr><td rowspan="5">LCF nº 101/2000 – LRF (art. 42, Parágrafo único).</td><td rowspan="5">Obrigações de despesas contraídas no dois últimos quadrimestres do mantado.</td><td colspan="3">Especificação</td><td colspan="2">R$</td></tr>
<tr><td colspan="3">Caixa e Equivalente de Caixa</td><td colspan="2">1.347.710,98</td></tr>
<tr><td colspan="3">Menos Disponibilidade RPPS</td><td colspan="2">0,00</td></tr>
<tr><td colspan="3">Menos Obrigações de Despesas Contraídas nos Dois Últimos Quadrimestres do Mandato</td><td colspan="2">226.868,00</td></tr>
<tr><td colspan="3">= Suficiência (Insuficiência) de Caixa e Equivalente de Caixa</td><td colspan="2">1.120.842,98</td></tr>
<tr><th colspan="7">DEMAIS OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS E FISCAIS</th></tr>
<tr><th colspan="2">Fundamento</th><th colspan="4">Exigência Legal</th><th>Resultado do Exame</th></tr>
</table>

| | | |
|---|---|---|
| **CF/1988 (art. 164 § 3º) e LCF nº 101/2000 – LRF (art. 43)** | Depósitos de disponibilidades financeiras de caixa em instituições oficiais. | Regular, peça nº 18, fls. 269/512 . |
| **CF/1988 (art. 37, *caput*) e LCF nº 101/2000 – LRF (art. 48, caput)** | Transparência e publicidade, parte publicação das demonstrações contábeis. | Regular, peça nº 25, fls. 737/745 QUANTO À PUBLICA-ÇÃO NA IMPRENSA OFICIAL. |
| **LCF nº 101/2000 – LRF (art. 50, III)** | As demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, inclusive empresa estatal dependente. | Regular, conforme os autos. |

Destacamos que, conforme consta à fl. 1073, os cálculos da 3ª ICE demonstram que o poder executivo teria extrapolado o limite com despesa de pessoal, que para o poder executivo é de 54,00% e que, conforme demonstra o cálculo da 3ª ICE teria alcançado 54,63%. Nosso cálculo apurou 53,49% da RCL aplicado em despesa com pessoal por parte do poder executivo municipal. Tal divergência deve-se à exclusão, do cálculo, do montante relativo às sentenças judiciais no valor de R$ 216.348,19, o que fizemos com fulcro no art. 19,§1°, inciso IV.

Em que pese o fato do nosso cálculo encontrar-se dentro do limite, o fato é que a despesa com pessoal do executivo está prestes a atingir o limite máximo legalmente admitido e exige controle efetivo por parte do chefe do executivo. Tanto é verdade que nos autos TC 19734/2012 que trata do RGF foi emitido o alerta (fl. 27).

### 2.2.3.1 Das metas Fiscais Previstas no Anexo de Metas / LDO

De acordo com o art. 1ª, §1° da LRF:

> Art. 1o
>
> § 1o A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, **mediante o cumprimento de metas de resultados**

**entre receitas e despesas** e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

Ainda segundo a LRF as metas devem ser fixadas no Anexo de Metas Fiscais na LDO. Vejamos:

Art. 4o A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2o do art. 165 da Constituição e:

§ 2o O Anexo conterá, ainda:

I - avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;

II - demonstrativo das metas anuais, **instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos**, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando **a consistência delas** com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;

No caso em análise, a fixação das metas consta do TC 2001/2012 – fl. 265:

2.1 DEMONSTRATIVO I – METAS ANUAIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA - 2012

LRF, art. 4°, § 1 — R$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | EXERCÍCIO DE 2011 | | | EXERCÍCIO DE 20012 | | | EXERCÍCIO DE 2013 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor Corrente (a) | Valor Constante | % PIB (a / PIB) x 100 | Valor Corrente (b) | Valor Constante | % PIB (b / PIB) x 100 | Valor Corrente (c) | Valor Constante | % PIB (c / PIB) x 100 |
| Receita Total | 19.125.136,58 | 18.042.581,68 | 0,36 | 21.129.928,31 | 18.866.007,42 | 0,38 | 23.234.300,13 | 19.361.916,77 | 0,38 |
| Receitas Primarias (I) | 19.001.047,21 | 17.925.516,23 | 0,36 | 20.993.364,48 | 18.744.075,43 | 0,38 | 23.084.135,64 | 19.236.779,70 | 0,38 |
| Despesa Total | 19.217.380,00 | 18.129.603,77 | 0,38 | 21.149.264,78 | 18.883.272,12 | 0,34 | 23.255.562,35 | 19.379.635,30 | 0,38 |
| Despesas Primarias (II) | 19.036.187,56 | 17.958.667,51 | 0,38 | 20.949.857,42 | 18.705.229,64 | 0,34 | 23.036.295,62 | 19.196.913,02 | 0,38 |
| Resultado Primário (I – II) | -35.140,35 | -33.151,28 | 0,00 | 43.507,06 | 38.845,59 | 0,00 | 47.840,01 | 39.866,68 | 0,00 |
| Resultado Nominal | 186.950,11 | 176.405,77 | 0,00 | 200.640,39 | 179.143,21 | 0,00 | 215.287,14 | 179.405,95 | 0,00 |
| Dívida Pública Consolidada | 4.943.309,83 | 4.663.499,84 | 0,10 | 4.788.089,90 | 4.275.080,27 | 0,09 | 4.637.743,88 | 3.864.786,57 | 0,08 |
| Dívida Consolidada Líquida | 4.331.891,57 | 4.086.690,16 | 0,09 | -5.521.073,55 | -4.929.529,95 | -0,10 | -5.671.419,57 | -4.726.182,98 | -0,09 |

FONTE: Prefeitura Municipal de Pedro Gomes

| PIB ESTADUAL | EXERCÍCIO DE 2011 | EXERCÍCIO DE 2012 | EXERCÍCIO 2013 |
|---|---|---|---|
| | VALOR | VALOR | VALOR |
| | 50.030.300,00 | 55.059.750,00 | 60.543.260,00 |

Portanto, o ente fixou suas metas fiscais nos seguintes termos:

- RESULTADO PRIMÁRIO – Superávit de R$ 43.507,06 – acima da linha – Receitas - Despesas;
- RESULTADO NOMINAL – Positivo em R$ 200.640,39 – abaixo da linha – variação da dívida consolidada;

Antes de passarmos à análise do Resultado Nominal, é preciso entender o que este número representa e qual seu objetivo na Política Fiscal do Ente. Neste contexto, ensina, de maneira muito simplista, porém didática, Domingos Poubel de Castro[1]:

> **Resultado Primário** representa e **economia obtida nos gastos de uma entidade pública comparada com suas receitas próprias e as recebidas por transferências**. Seu objetivo é verificar **se esta economia é suficiente para pagamento das despesas com os encargos da dívida**. Seu cálculo é feito **sem considerar os recebimentos e os pagamentos de juros e encargos da dívida pública**.
> O limite orçamentário para o resultado primário é um parâmetro que a LRF estabeleceu para demonstrar que a Administração Pública tem condições de honrar, com recursos do próprio orçamento, os juros e encargos dos empréstimos contraídos. Esta sinalização contribui para reduzir as taxas de juros do mercado, porque se entende que os encargos da dívida podem ser pagos.
> (...)
>
> Despesa Primária – corresponde ao conjunto de gastos, exceto despesa financeira, que possibilita a oferta de bens e serviços à sociedade. Despesas financeiras são: juros e encargos de dívidas; concessão de empréstimos e amortizações de dívidas.
> Receita Primária – Corresponde aos recursos próprios da entidade, exceto os financeiros, no conceito acima da

[1] Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público – 5ª edição – Editora Atlas – Domingos Poubel de

linha. As receitas financeiras são as provenientes de operações de crédito (endividamento), de aplicação financeiras e de juros.

De uma forma bem simples e didática, diz-se que o "Resultado Primário é o **total dos recursos economizados para o pagamento de juros da dívida**, visto que juros **não podem ser refinanciados**; devem ser obrigatoriamente pagos."[2]

Como já dissemos a Prefeitura de Pedro Gomes fixou em sua LDO um Resultado Primário superavitário em R$ 53.507,06. Portanto, podemos afirmar que esta é a economia que o ente se propôs a fazer para pagamento dos juros da dívida.

Quanto ao resultado Nominal, conceitua a STN no MDF 4ª edição – página 167:

**03.06.00 ANEXO VI – DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**

O objetivo da apuração do Resultado Nominal é medir a evolução da Dívida Fiscal Líquida. No bimestre, o resultado nominal representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida ao final do bimestre de referência e o saldo ao final do bimestre anterior. No exercício, o resultado nominal representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida acumulada até o final do bimestre de referência e o saldo em 31 de dezembro do exercício anterior ao de referência.

Esse demonstrativo integra o RREO[88] e deverá ser publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre[89].

O saldo da dívida fiscal líquida corresponde ao saldo da dívida consolidada líquida somado às receitas de privatização, deduzidos os passivos reconhecidos, decorrentes de déficits ocorridos em exercícios anteriores.

Portanto, ao fixar um resultado nominal positivo em R$ 200.640,39 o ente previu um limite máximo para aumento da sua Dívida Consolidada Líquida, ou seja, previu um aumento no endividamento.

Entendidos os conceitos e as metas fixadas, passamos a análise de seu

[2] Orçamento Público, AFO e LRF – Ed. Gen/Método – 7ª edição – Augustinho Paludo.

cumprimento:

O Resultado Primário, com meta de Superávit Primário fixada em R$ 47.840,01 foi atingido, visto que o Resultado Primário do Período atingiu superávit de R$ 1.004.923,57. Ou seja, o ente se propôs, quando fixou a meta, a economizar R$ 47 mil para pagamento de juros (Receitas não Financeiras – Despesas Não financeiras), mas atingiu resultado primário superavitário de R$ 1.004.923,57 (se apurado com base na despesa liquidada) ou R$ 778.055,77 (se apurado com base na despesa empenhada). Entendemos correto o demonstrativo de fl. 90 do TC 04365/2012, razão pela qual deixamos de apresentar memória de cálculo.

Quanto ao resultado nominal, de acordo com o quadro constante do TC 02001/2012 – fl. 265 – foi fixado em R$ 200.640,39 positivo, ou seja, fixou um aumento em seu endividamento. O TC 03465/2012 – fl. 89 demonstra um resultado nominal negativo de R$ 1.359.376,48. Refizemos os cálculos e apuramos um resultado nominal negativo de R$ 1.465.742,26. Vejamos:

| | | 31/12/2011 - BP - FL. 166 | 31/12/2012- BP - FL. 36 | VARIAÇÃO DA DCL |
|---|---|---|---|---|
| | DÍVIDA CONSOLIDADA | R$ 4.777.691,54 | R$ 4.836.723,82 | **** |
| (**) | ( - ) Disponibilidade de Caixa Bruta | R$ 804.425,05 | R$ 1.439.845,21 | **** |
| (**) | ( - ) Restos a Pagar Processados - fl. 45 / tc 03897/1 | R$ 977.493,34 | R$ 84.929,33 | **** |
| | **= DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA** | **R$ 4.777.691,54** | **R$ 3.311.949,28** | **-R$ 1.465.742,26** |

(**) Restos a Pagar superior as disponibilidades - não deduz - MDF/4ª ED - PÁGINA 170

Assim, a meta fixada foi uma variação positiva na Dívida Consolidada Líquida em R$ R$ 200.640,39 (portanto: aumento de endividamento). A variação da DCL foi negativa no exercício da ordem de R$ 1.465.742,26, ou seja, o endividamento do ente foi reduzido. Assim, considerando que meta fixada foi aumentar o endividamento em R$ 200 mil e a meta atingida foi uma redução do endividamento em R$ 1 milhão, entendemos cumprida meta de resultado nominal, que nos termos definidos pela STN no critério "abaixo da Linha", que leva em consideração a variação da Dívida Consolidada Líquida.

### 2.2.4. Orçamento

Nos termos do art. 2º da Lei nº 4.320/1964, a Lei Orçamentária Anual deve conter a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica, financeira e o programa de trabalho do fundo, obedecidos os princípios de Unidade, Totalidade, Universalidade, Anualidade ou Periodicidade, Exclusividade, Especificação, Especialização ou Discriminação, Não Vinculação ou Não Afetação das Receitas, Orçamento Bruto, Equilíbrio, Legalidade, Publicidade, Clareza ou Objetividade e Exatidão.

No caso, a Lei Municipal nº 1.110/2011 - LOA previu para o Município receita e fixou a despesa no montante de **R$ 17.850.000,00**, conforme **ANÁLISE ANA - 3ICE - 7327/2015, peça nº 52, fls. 1062/1081.** Além disso, o relatório técnico de fls. 1063/1064 manifestou-se quanto a existência de autorização legislativa , de recursos para abertura dos créditos e obediência aos limites legais. Portanto, partimos do pressuposto de que os cálculos efetuados pela 3ª ICE estão corretos e com base neles, nada temos a opor quanto a estes aspectos (autorização legal, obediência aos limites legais e existência de recursos). O valor calculado pela 3ª ICE como dotação atualizada está adequademente evidenciado no Balanço Orçamentário (fl. 28) e no Anexo 12 (fls. 89/92). Contudo, observamos, da análise dos Decretos Orçamentários de fls. 749/984, que não consta dos autos a "exposição de justificativa", para abertura dos créditos adicionais, tal como determina o caput do art. 43 da Lei 4.320/64, in verbis:

> Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e **será precedida de exposição justificativa**.

Desta forma, opinamos para que seja recomendado aos atuais gestores que façam as exposições de justificativa legalmente exigidas.

### 2.2.5. Execução Orçamentária da Receita e da Despesa

A execução orçamentária da receita atendeu à disposição do art. 11 da Lei Federal nº 4.320/1964 e Portaria Interministerial nº 163, de 04.05.2001 do MF e

MPOG, por apresentar a classificação econômica da receita orçamentária, conforme visto no Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada Consolidado, peça nº 10, fls. 83/88, o qual evidencia receita orçada de **R$ 17.850.000,00** e arrecadada na ordem de **R$ 21.143.048,04**.

Outrossim, também restou suprida a determinação do art. 12 da Lei Federal nº 4.320/1964, Portaria nº 42, de 04.04.1999 do MPOG e Portaria Interministerial nº 163, de 04.05.2001 do MF e MPOG, por apresentar a fixação e realização da despesa orçamentária por categorias econômicas e por classificação funcional, conforme constatado no Anexo 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada Consolidado, peça nº 11, fls. 89/92, o qual demonstra despesa autorizada de **R$ 20.696.032,20** e empenhada na ordem de **R$ 20.671.782,01**.

Por sua vez, em consulta à página www.fns.saude.gov.br (Ministério da Saúde) e à página www.saude.ms.gov.br (Secretaria de Estado de Saúde de MS) extrai-se que foram transferidos recursos financeiros para o FUNDO DE SAÚDE, respectivamente, na ordem de **R$ 1.050.550,12** e **R$ 468.746,76**, os quais **não** correspondem aos valores detalhados no Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada Consolidado, peça nº 10, fls. 83/88, respectivamente, de **R$ 988.209,48** e **R$ 239.212,16**.

Como se vê, em relação aos valores transferidos pela União, houve diferença de **R$ 62.340,94** (a menor) e, ao Estado, de **R$ 229.534,60** (a menor).

Todavia, tais diferenças menores não comprometem os gastos com as ações e serviços públicos de saúde, pois do limite mínimo constitucional de **15%**, ou seja, **R$ 2.175.927,49**, foram aplicados recursos da ordem de **20,99%**, ou melhor, **R$ 3.044.436,02,** nos termos do Anexo III do apêndice deste parecer.

### 2.2.6. Demonstrações Contábeis

As demonstrações do Balanço Orçamentário, do Balanço Financeiro, da Demonstração das Variações Patrimoniais e do Balanço Patrimonial devem seguir a normatização explicitada nos artigos 102, 103, 104 e 105, todos da Lei 4.320/1964.

Na espécie, extrai-se que as contas apresentadas atenderam ao comando das disposições dos artigos acima mencionados, por elaborar:

a) Anexo 12 - Balanço Orçamentário Consolidado, peça nº 4, fls. 28;

b) Anexo 13 - Balanço Financeiro Consolidado, peça nº 5, fls. 32/33;

c) Anexo 14 - Balanço Patrimonial Consolidado, peça nº 6, fls. 36;

d) Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidado, peça nº 7, fls. 39/40.

Ademais, vistos e analisados, os registros contábeis apresentaram os resultados constantes nos quadros a seguir:

| **ORÇAMENTÁRIO** | **QUADRO 1** |
|---|---|
| **ESPECIFICAÇÃO** | **R$** |
| 1. Receita Arrecadada. | 21.143.048,04 |
| 2. Despesa Empenhada. | 20.671.782,01 |
| **3. Superavit Orçamentário = (1 - 2)** | **471.266,03** |

Fonte: Anexo 12 - Balanço Orçamentário Consolidado, peça nº 4, fls. 28.

| **FINANCEIRO** | **QUADRO 2** |
|---|---|
| **ESPECIFICAÇÃO** | **R$** |
| 1. Disponibilidade financeira do Exercício Anterior | 804.325,05 |
| 2. Receita Orçamentária | 21.143.048,04 |
| 3. Receita Extraorçamentária | 3.681.338,03 |
| 4. Outras Operações | 0,00 |
| **5. Soma** | **25.628.711,12** |
| 6. Despesa Orçamentária | 20.671.782,01 |
| 7. Despesa Extraorçamentária | 3.517.083,90 |
| 8. Outras Operações | 0,00 |
| **9. Soma** | **24.188.865,91** |
| **10. Disponibilidade Financeira para o Exercício Seguinte= (5 - 9)** | **1.439.845,21** |

Fonte: Anexo 13 - Balanço Financeiro Consolidado, peça nº 5, fls. 32/33.

| **PATRIMONIAL** | **QUADRO 3** |
|---|---|
| **ESPECIFICAÇÃO** | **R$** |
| 1. Variações Ativas. | 29.021.141,53 |
| 2. Variações Passivas. | 26.011.234,22 |
| **3. Superavit Patrimonial. (1-2)** | **3.009.907,31** |

Fonte: Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidado, peça nº 7, fls. 39/40.

Com relação ao Balanço Patrimonial, constatamos que o Passivo Permanente (fl. 36) escriturado no valor R$ 4.836.723,82 está de acordo com os

valores consignados no Anexo 16 (fl. 43) e os valores ali registrados conferem com a posição da dívida fornecida pelos credores (fls. 985/988), todavia, o passivo permanente, que representa a Dívida Consolidada não contempla a dívida do ente com precatórios (vide fls. 535/723). Os documentos comprovam que o ente aderiu ao regime especial de pagamentos da EC 62/2009, que consiste no recolhimento a conta especial vinculada da quantia de 1/12 avos da Receita Corrente Líquida do Ente. Ocorre que, por definição legal e regulamentar, a dívida com precatórios compõe a Dívida Consolidada do ente e deve estar escriturada no Passivo Permanente. Portanto, opinamos pela recomendação ao ente para que faça constar e sua dívida consolidada  o valor da dívida com precatórios, devendo evidenciar outras informações relevantes em Notas Explicativas, tais como: o tempo esperado de duração do regime e demais informações requeridas pelo MCASP.

Também constatamos que a Receita com Cobrança da Dívida Ativa é pouco significativa em relação ao estoque. Vejamos:

| **DÍVIDA ATIVA - QUADRO RESUMO** | | |
|---|---|---|
| Dívida Ativa - 31/12/2011 - fl. 166 | R$ | 1.461.871,70 |
| ( + ) Inscrição no Período - fl. 39 | R$ | 695.497,96 |
| ( - ) Cobrança DA - fl. 39 | -R$ | 70.667,05 |
| **= Estoque da Dívida Ativa em 31/12/2012 - fl. 36** | **R$** | **2.086.702,61** |
| | | |
| **% da Cobrança DA sobre Inscrição no período** | | **10,16%** |
| **% da Cobrança DA sobre Estoque da DA** | | **3,39%** |

Os documentos de fls. 156/157 demonstram que, no exercício de 2012, foram ajuizadas 70 ações de execução fiscal que totalizaram aproximadamente R$ 138 mil reais, o que representa 20% do montante inscrito em Dívida Ativa no exercício anterior. Não vieram aos autos a listagem dos débitos que não foram objeto de cobrança judicial nem as medidas administrativas adotadas para recebimentos dos valores. Ante a representatividade do valor, opinamos pela evidenciação em Notas explicativas do montante por ano de inscrição acompanhado dos valores em execução da expectativa de recebimento ou não

dos valores inscritos.

| ATIVO REAL LÍQUIDO / PASSIVO REAL A DESCOBERTO | QUADRO 4 |
|---|---|
| **ESPECIFICAÇÃO** | **R$** |
| 1. Ativo Real Líquido (Passivo Real Descoberto) do Exercício Anterior. | 5.724.165,29 |
| 2. Superavit Patrimonial do Exercício. | 3.009.907,31 |
| **3. Ativo Real Líquido do Exercício.** | **8.734.072,60** |
| **4. Resultado do Exame. Regular = (1±2 = BP) Irregular = (1±2 ≠ BP)** | **Regular** |

Fonte: Anexo 14 – Balanço Patrimonial do Exercício Anterior Consolidado, peça nº 14, fls. 165/166, Anexo 14 – Balanço Patrimonial do Exercício Consolidado, peça nº 6, fls. 39, e Anexo 15 – Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidado, peças nº 7, fls. 39/40.

### 2.2.7. Atendimento às Normas Constitucionais e Legislações Específicas

A análise da presente conta municipal deve passar pelo exame do atendimento aos limites expostos na Constituição Federal de 1988 e das Leis nº 11.494/2007 (regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB) e nº 141/2012 (regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em educação e ações e serviços públicos de saúde).

Nestes termos, os percentuais mínimos exigidos pela norma constitucional e infraconstitucional são os consignados no Anexo III do apêndice deste parecer, reproduzidos no quadro a seguir:

| LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Fundamento** | **Exigência Constitucional e Legal** | **Receita Base para Cálculo R$** | **Limite Autorizado R$** | **Montante Realizado R$** | **%** | |
| | | | | | **Máximo** | **Aplicado** |
| **CF/1988 (art. 29-A, § 2º, I)** | Repasse de Duodécimo para a Câmara Municipal. | 13.345.011,20 | 934.150,80 | 934.150,80 | 7,00 | 7,00 |
| **Fundamento** | **Exigência Constitucional e Legal** | **Receita Base para Cálculo R$** | **Aplicação Mínima R$** | **Despesa Realizada R$** | **%** | |
| | | | | | **Mínimo** | **Aplicado** |
| **CF/1988 (art. 198, § 2º) LFC nº 141 (art.7º)** | Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS. | 14.506.183,28 | 2.175.927,49 | 3.044.436,02 | 15,00 | 20,99 |
| **CF/1988 (art. 212, *caput*)** | Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE. | 14.506.183,28 | 3.626.545,82 | 4.750.144,67 | 25,00 | 32,74 |
| **ADCT da CF de 1988 (art. 60, XII) e LF nº** | Pagamento da remuneração dos profissionais do | 2.431.727,97 | 1.459.036,79 | 2.214.252,57 | 60,00 | 91,06 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **11.494/2007 (art. 22)** | magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública. | | | | | |
| **LF nº 11.494/2007 (art. 21, § 2º)** | Até 5% dos recursos recebidos à conta do FUNDEB, inclusive relativos à complementação da União, sujeito abertura de crédito adicional no 1º (primeiro) trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante. | 2.431.727,97 | 121.586,40 | 754,10 | 5,00 | 0,04 |

Embora existam divergências entre o cálculo por nós efetuado e aquele efetuado pela 3ª ICE no que tange a aplicação em MDE e Ação e Serviços de Saúde, as divergências não conduzem ao descumprimento do limite constitucional. O Cálculo que entendemos correto consta da memória de cálculo anexa.

### 2.2.8. Achados Mostrados pela Inspetoria de Controle Externo

Em conformidade com a **ANÁLISE ANA - 3ICE - 7327/2015, peça nº 52, fls. 1062/1081, peça nº 52, fls. 1062/108**, a Douta 3ª Inspetoria de Controle Externo constatou existência do achado mostrado abaixo:

- **Ressalva da remessa intempestiva destas Contas Anuais de Governo ao Tribunal de Contas.**

Quanto à remessa, ou seja, quanto à data de entrada destes autos nesta Corte de Contas, entendemos tempestiva a remessa – conforme envelope de endereçamento de fl. 06.

Todavia, entendemos que intempestividade mencionada à fl. 1080 refere-se às respostas às intimações 292 e 293/2014 (fls. 1.024/1.025) cuja intempestividade foi arguida pela 3ªICE no item 1.2 de sua manifestação (vide fl. 1.062), com relação à responsável por estas contas de governo. Mesmo assim, à vista do envelope de fl. 1.042 – sem data da postagem – o qual foi recebido em 01/04/2014 neste TCE/MS, entendemos não ser possível aferir COM SEGURANÇA a tempestividade da resposta à intimação.

Em virtude dos fatos narrados, deixamos de acompanhar a 3ª ICE quanto a tempestividade da intimação uma vez que o envelope de fl. 1.042 não tem data de postagem.

### 2.2.9. Irregularidades

Analisamos as contas e não constatamos irregularidades capazes de conduzir a reprovação das contas. Contudo, nos item 2.2.3, 2.2.4 e 2.2.6, foram constatadas impropriedades que, a nosso ver, merecem ser objeto de recomendação.

### 2.2.10. Avaliação de Legitimidade e Economicidade

A avaliação da legitimidade e da economicidade não faz parte dos itens a serem analisados por esta Auditoria para a emissão do presente parecer, sendo objeto de atuação do controle externo a cargo deste Tribunal, por meio de processos de instrumentos de fiscalização dos quais dispõe o art. 26 da LCE nº 160/2012.

### 2.2.11. Documentos Digitalizados de Veracidade Ideológica Presumida

O parecer ora exarado foi fundamentado, exclusivamente, no exame de documentos digitalizados de veracidade ideológica presumida, ficando, portanto, ressalvadas quaisquer impropriedades e irregularidades porventura encontradas por meio de processos de instrumentos de fiscalização que dispõe o art. 26 da LCE nº 160/2012.

## 3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, com fundamento do art. 21, I c/c art. 14, I da LCE nº 160/2012 LOTCEMS, esta auditoria opina:

a. Pela emissão de **parecer prévio favorável à aprovação das contas,** com fundamento no art. 59, II da LCE nº 160/2012 - LOTCEMS, das

Contas Anuais de Governo da Prefeitura Municipal de Pedro Gomes/MS, inerente ao exercício financeiro de 2012, de responsabilidade da Prefeita Municipal à época, Senhora **MAURA TEODORO JAJAH**;

b. Pelas **recomendações e ressalvas** constantes nos itens 2.2.3, 2.2.4 e 2.2.6 deste parecer.

Campo Grande/MS, 9 de fevereiro de 2018.

**É o parecer.**

**PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS**
**CONSELHEIRA SUBSTITUTA**
Magl

**APÊNDICES**

**ANEXO II**
**OBRIGAÇÕES FISCAIS**

| MEMÓRIA DE CÁLCULO<br>EQUILIBRIO ORÇAMENTÁRIO | | |
|---|---|---|
| **Fundamento** | **ESPECIFICAÇÃO** | **R$** |
| **LCF Nº 101/2000 – LRF (art. 1º, § 1º)** | 1. Receita Arrecadada. | 21.143.048,04 |
| | 2. Despesa Empenhada. | 20.671.782,01 |
| | **3. Superavit → R$ = (1 - 2) → % = (2 / 1)** | **471.266,03** |

Fonte: Anexo 12 – Balanço Orçamentário Consolidado, peça nº 4, fls. 165/166.

| MEMÓRIA DE CÁLCULO<br>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL, SEGUNDO NORMAS DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN | | |
|---|---|---|
| **Fundamento** | **ESPECIFICAÇÃO** | **R$** |
| **LCF Nº 101/2000 – LRF (art. 2º, IV, "C" )** | 1. Receita Corrente | 21.424.017,74 |
| | 2. (-) Contribuição do Servidor para o Plano de Previdência | 0,00 |
| | 3. (-) Compensação Financeira junto aos Regimes de Previdência | 0,00 |
| | 4. (-) Dedução de Receita para Formação do FUNDEB | 2.404.897,57 |
| | **5. Receita Corrente Líquida = (1 - 2 - 3 - 4)** | **19.019.120,17** |

Fonte: Anexo 10 – Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada Consolidado, peça nº 10, fls. 89/92.

| MEMÓRIA DE CÁLCULO<br>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS<br>PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Receita Corrente Líquida Base de Cálculo R$ 19.019.120,17.** | | | | | |
| **Fundamento** | **Especificação** | **Poder Executivo R$** | **Poder Legislativo R$** | **%** | |
| **CF nº 101/2000 – LRF (arts. 18 a 22)** | 1. Despesa Autorizada | 10.270.324,90 | 1.141.472,21 | 54,00 | 6,00 |
| | **2. Despesa Bruta com Pessoal (I)** | **10.389.758,79** | **569.616,44** | | |
| | **3. Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF) (II)** | **306.771,71** | **0,00** | | |
| | 3.1. Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 0,00 | 0,00 | | |
| | 3.2. Decorrentes de Decisão Judicial | 216.348,19 | 0,00 | | |
| | 3.3. Despesas de Exercícios Anteriores | 0,00 | 0,00 | | |
| | 3.4. Inativos, considerando, também, pensionistas, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas com recursos vinculados. | 0,00 | 0,00 | | |
| | **4. Despesa Líquida com Pessoal (III) = (I-II)** | **10.173.410,60** | **569.616,44** | **53,49** | **2,99** |
| | **5. Resultado do Exame.** | **Regular** | | | |

Fonte: Anexo 10 – Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada Consolidado, peça nº 10, fls. 83/88, e Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada Consolidado, peça nº 11, fls. 89/92.

| OBRIGAÇÃO DE DESPESA CONTRAÍDA NOS DOIS ÚLTIMOS QUADRIMESTRES DO MANDATO | | |
|---|---|---|
| **Fundamento** | **ESPECIFICAÇÃO** | **R$** |
| **LCF Nº** | 1. Disponibilidade de Caixa | 1.347.710,98 |

| | | |
|---|---|---|
| **101/2000 – LRF (art. 42)** | 2. (-) Disponibilidade de Caixa do RPPS | 0,00 |
| | **3. Disponibilidade de Caixa para efeito do art. 42** | **1.347.710,98** |
| | 4. Obrigação de Despesa Contraída nos Dois Últimos Quadrimestres do Mandato | 226.868,00 |
| | **5. Suficiência de Caixa = (3 - 4)** | **1.120.842,98** |
| | **6. Resultado do Exame** | **Regular** |

Fonte: Anexo 14 – Balanço Patrimonial Consolidado, peça nº 6, fls. 36, Relação de Restos a Pagar, peça nº 29, fls. 990, e Demonstrativo da Dívida Flutuante Consolidado, peça 8, fls. 45.

**ANEXO III**
**OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS**

| **MEMÓRIA DE CÁCULO<br>REPASSE DE DUODÉCIMO PARA A CÂMARA MUNICIPAL** | | | |
|---|---|---|---|
| **Fundamento** | **Especificação** | **R$** | **%** |
| **CF/1988 (art. 29-A, § 2º, I)** | **1. Receita Base Constitucional. Fonte: Anexo 10 (Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada) Consolidado do Exercício Anterior. → R$ e % = 100,00.** | **13.345.011,20** | 100,00 |
| | 1.1. Receita Tributária | 1.067.015,48 | |
| | 1.2. Cota-parte do FPM | 5.939.722,70 | |
| | 1.3. Cota-parte do ITR | 489.922,33 | |
| | 1.4. Cota-parte do ICMS-Desoneração LC 87/96 | 24.894,24 | |
| | 1.5. IPI Exportação | 45.742,55 | |
| | 1.6. Cota-parte do ICMS | 5.315.943,33 | |
| | 1.7. Cota-parte do IPVA | 246.048,32 | |
| | 1.8. Cota-parte do CIDE | 59.908,63 | |
| | 1.9. Dívida Ativa Tributária | 124.889,22 | |
| | 1.10. Multa e Juros de Mora dos Tributos | 26.921,25 | |
| | 1.11. Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa Tributária | 4.003,15 | |
| | **2. % Constitucional Máximo Autorizado. → R$ e % = 1 x 7,00.** | **934.150,80** | **7,00** |
| | **3. Duodécimo Repassado. → R$ = 100% → % = (3 / 1).** | **934.150,80** | **7,00** |
| | **4. Resultado do Exame → Regular 3 < 2 → Irregular 3 > 2.** | **Regular** | |

Fonte: Anexo 10 – Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada do Exercício Anterior, peça nº 41, fls. 1043/1048, e Anexo 13 - Balanço Financeiro, peça nº 4, fls. 16, do Processo TC/3994/2013 – Contas Anuais de Gestão da CM de 2012.

| **MEMÓRIA DE CÁLCULO<br>APLICAÇÃO DOS RECURSOS CONSTITUCIONAL E LEGAL EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS)** | | | |
|---|---|---|---|
| **RECEITA BASE PARA FINS DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL DE 15%** | | | |
| **Fundamento** | **Fonte: Anexo 10 Consolidado da PM** | **R$** | **%** |
| **CF/1988 (artigos 156,158 e 159, I, b e § 3º)** | **1. Receitas de Impostos Municipais.** | **2.101.414,78** | |
| | 1.1. IPTU | 175.933,04 | |
| | 1.2. IRRF | 204.740,41 | |
| | 1.3. ITBI | 1.367.941,43 | |
| | 1.4. ISSQN | 352.799,90 | |
| | 1.5. (-) Receitas de Impostos Restituídos | 0,00 | |
| | **2. Acessórios de Impostos Municipais e Dívida Ativa** | **75.859,92** | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | 2.1. Multas, Juros de Mora sobre Impostos Municipais | 1.434,41 | |
| | 2.2. Correção Monetária sobre Impostos Municipais | 0,00 | |
| | 2.3. Multas e Juros de Mora sobre Dívida Ativa de Impostos Municipais | 3.758,46 | |
| | 2.4. Correção Monetária sobre Dívida Ativa de Impostos Municipais | 0,00 | |
| | 2.5. Dívida Ativa Tributária sobre Impostos Municipais | 70.667,05 | |
| | **3. Receitas de Impostos Transferidos da União.** | **6.663.553,56** | |
| | 3.1. Cota-Parte do FPM | 6.110.055,80 | |
| | 3.2. Cota-Parte do ITR | 530.114,32 | |
| | 3.3. ICMS Desoneração - L.C Nº 87/1996 | 23.383,44 | |
| | 3.4. Cota-Parte IOF – Ouro | 0,00 | |
| | **4. Receitas de Impostos Transferidos do Estado.** | **5.665.355,02** | |
| | 4.1. Cota-Parte do ICMS | 5.368.299,81 | |
| | 4.2. Cota Parte do IPVA | 251.623,26 | |
| | 4.3. Cota-Parte do IPI Exportação | 45.431,95 | |
| | **5. Receita Arrecadada Base de Cálculo do Limite Mínimo Constitucional de 15%. → R$ = (1+2+3+4).** | **14.506.183,28** | **100,00** |
| **CF/1988 (art. 198, § 2º) e LFC nº 141/2012 (art. 7º e 25, *caput*)** | **Despesa Empenhada por Subfunção em Ações e Serviços Públicos de Saúde com Recursos de Todas as Fontes** | **R$** | **%** |
| | 6. Atenção Básica. = R$ 5.109,90 + R$ 2.225.476,82 | 2.230.586,72 | |
| | 7. Assistência Hospitalar e Ambulatorial. | 1.964.133,82 | |
| | 8. Suporte Profilático e Terapêutico. | 1.329,62 | |
| | 9. Vigilância Sanitária. | 372.167,94 | |
| | 10. Vigilância Epidemiológica. | 149.401,47 | |
| | 11. Alimentação e Nutrição. | 0,00 | |
| | 12. Outras Subfunções. | 0,00 | |
| | **13. Total da Despesa Empenhada por Subfunção em Saúde com Recursos de Todas as Fontes. → R$ = (6 + 7 + 8 + 9 + 10 + 11 + 12).** | **4.717.619,57** | **100,00** |
| | 14. (-) Alimentação e Nutrição. → Fonte: = Item 11. | 0,00 | |
| | 15. (-) Despesa com Saúde não Computada, conforme disposto no art. 4º da LCF nº 141, de 13.01.2012. | 0,00) | |
| | 16. (-) Restos a Pagar Inscritos no Exercício por Contas dos Recursos de Todas as Fontes sem Limite de Disponibilidade de Caixa. | 0,00 | |
| | **17. Total da Despesa Realizada em Saúde por Subfunção com Recursos das Fontes do Limite Mínimo Constitucional de 15%. → R$ = (13 - 14 - 15 - 16) → % = (17 / 5).** | **4.717.586,72** | **100,00** |
| | **18. 15% das Fontes de Recursos da Base Constitucional a Aplicar em Saúde. → R$ = (5 x 15%) → % = 15%.** | **2.175.927,49** | **15,00** |
| **LCF nº 101/2000 – LRF (art. 8º, parágrafo único)** | **Despesa Custeada com Recursos de Outras Fontes Destinadas a Saúde não Computada para fim de Apuração do Limite Mínimo Constitucional de 15%, Inclusive Cancelamento de Restos a Pagar, no Exercício, e Transferências Intergovernamentais da União e do Estado não contabilizadas no Fundo.** | **R$** | **%** |
| | 19. Despesas Custeadas com Recursos de Transferências da União para o Sistema Único de Saúde – SUS. | 988.209,48 | |
| | 20. Despesas Custeadas com Recursos de Transferências do Estado para o Sistema Único de Saúde – SUS. | 239.212,16 | |
| | 21. Despesas Custeadas com Recursos de Transferências Voluntárias de Convênios. | 136.000,00 | |
| | 22. Despesas Custeadas com Receita de Operações de Crédito Vinculadas à Saúde. | 0,00 | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | 23. Despesas Custeadas com Receita de Aplicação Financeira de Recursos da Saúde, conforme Fundo de Saúde. | 6.372,96 | |
| | 24. Despesas Custeadas com 25% dos Recursos das Parcelas da Participação no Resultado ou na Compensação Financeira pela Exploração de Petróleo e Gás Natural, conforme § 3º do Art. 2º da Lei Federal nº 12.858, de 09.09.2013. | 0,00 | |
| | 25. Despesa Custeada com Recursos de Outras Receitas para Financiamento da Saúde. | 302.495,24 | |
| | 26. Cancelamento de Restos a Pagar, no exercício, para Compensar sua Inclusão como Despesa Realizada no Exercício Anterior, contabilizado na forma do art. 2º da LCF nº 141, de 13.01.2012. | 860,86 | |
| | 27. Despesas Custeadas com Recurso de Transferência da União para o Sistema Único de Saúde – SUS – não contabilizadas, segundo Anexo 2 do apêndice desse parecer. | 0,00 | |
| | 28. Despesas Custeadas com Recurso de Transferência do Estado para o Sistema Único de Saúde – SUS – não contabilizadas, segundo Anexo 2 do apêndice desse parecer. | 0,00 | |
| | 29. Se Houver Despesa Custeada com a Parcela do Percentual Constitucional Mínimo de 15% que não foi Aplicado em Ações e Serviços de Saúde no Exercício Anterior, *Caput* do Art. 25 da LCF nº 141, de 13.01.2012. | 0,00 | |
| | **30. Total da Despesa Custeada com Recursos de Outras Fontes Destinadas a Saúde não Computada (incluindo-se transferências não contabilizadas) para fim de Apuração do Limite Mínimo Constitucional de 15%. → R$ = (19 + 20 + 21 + 22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28+ 29) → % = 100%.** | **1.673.150,70** | **100,00** |
| **CF/1988 (art. 198, § 2º) e LFC nº 141/2012 (art. 7º e 25, *caput*)** | **Resultado, no Exercício, da Aplicação dos Recursos Constitucionais do Limite Mínimo de 15% a Aplicar e Aplicado em Ações e Serviços Públicos de Saúde, Acrescido do Valor Nominal da Parcela não Aplicada no Exercício Anterior** | **R$** | **%** |
| | 31. Recursos a Aplicar com as Fontes do Limite Mínimo Constitucional de 15% em Ações e Serviços Públicos de Saúde. → R$ = Item 18 → % = 15%. | 2.175.927,49 | 15,00 |
| | **32. Despesa Realizada com as Fontes de Recursos do Limite Mínimo Constitucional de 15%, em Ações e Serviços Públicos de Saúde. → R$ = (17 - 30) → % = (32 / 5).** | **3.044.436,02** | **20,99** |
| | 33. Eventual Diferença da Parcela das Fontes de Recursos do Limite Mínimo Constitucional de 15% não Aplicado, no exercício, em Ações e Serviços Públicos de Saúde. → R$ = (31- 32) → % = (33 / 5). | 0,00 | 0,00 |
| | **34. Resultado do Exame da Aplicação em Saúde, no Exercício, dos Recursos do Limite Mínimo Constitucional de 15%. → Regular 32 > 31 → Irregular 32 < 31.** | **Regular** | |

Fonte: Anexo 7 – Programa de Trabalho Consolidado, peça nº 8, fls. 63 e 66, Anexo 10 – Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada Consolidado, peça nº 10, fls. 83/88, e Prestação de Contas Anuais do Fundo de Saúde (Processo TC/5459/2013).

| **MEMÓRIA DE CÁLCULO<br>APLICAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL DE 25%, NO EXERCÍCIO, EM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE** | | | |
|---|---|---|---|
| **FONTES DE RECURSOS DE FINANCIAMENTO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL DE 25%** | | | |
| **Fundamento** | **Fonte: Anexo 10 Consolidado da PM** | **R$** | **%** |
| **CF/1988 (artigos 156,158 e 159,I,b e § 3º)** | **1. Receitas de Impostos Municipais.** | **2.101.414,78** | |
| | 1.1. IPTU. | 175.933,04 | |
| | 1.2. IRRF. | 204.740,41 | |
| | 1.3. ITBI. | 1.367.941,43 | |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | 1.4. ISSQN. | 352.799,90 | |
| | 1.5. (-) Receitas de Impostos Restituídos. | 0,00 | |
| | **2. Acessórios de Impostos Municipais e Dívida Ativa.** | **75.859,92** | |
| | 2.1. Multas, Juros de Mora sobre Impostos Municipais. | 1.434,41 | |
| | 2.2. Correção Monetária sobre Impostos Municipais. | 0,00 | |
| | 2.3. Multas e Juros de Mora sobre Dívida Ativa de Impostos Municipais. | 3.758,46 | |
| | 2.4. Correção Monetária sobre Dívida Ativa de Impostos Municipais. | 0,00 | |
| | 2.5. Dívida Ativa Tributária sobre Impostos Municipais. | 70.667,05 | |
| | **3. Receitas de Impostos Transferidos da União.** | **6.663.553,56** | |
| | 3.1. Cota-Parte do FPM. | 6.110.055,80 | |
| | 3.2. Cota-Parte do ITR. | 530.114,32 | |
| | 3.3. ICMS Desoneração - L.C Nº 87/1996. | 23.383,44 | |
| | 3.4. Cota-Parte IOF - Ouro. | 0,00 | |
| | **4. Receitas de Impostos Transferidos do Estado.** | **5.665.355,02** | |
| | 4.1. Cota Parte do ICMS. | 5.368.299,81 | |
| | 4.2. Cota-Parte do IPVA. | 251.623,26 | |
| | 4.3. Cota-Parte do IPI Exportação. | 45.431,95 | |
| | **5. Receita Arrecadada Base de Cálculo do Limite Mínimo Constitucional de 25%. → R$ = (1+2+3+4) → % = 100%.** | **14.506.183,28** | **100,00** |
| **CF/1988 (art.212, caput)e LF nº 9.394/1996 – LDB (art. 70)** | **Despesa Empenhada por Subfunção com Recursos de Todas as Fontes** | **R$** | **%** |
| | 6. Educação Infantil, Inclusive Creche e Pré-Escola. | 1.979.640,83 | |
| | 7. Ensino Fundamental, Inclusive Educação de Jovens e Adultos. | 4.783.764,75 | |
| | 8. Educação Especial. | 0,00 | |
| | 9. Ensino Médio. | 0,00 | |
| | 10. Ensino Superior. | 174.594,29 | |
| | 11. Ensino Profissional. | 0,00 | |
| | 12. Outras Subfunções. | 304.869,68 | |
| | **13. Total de Despesa Empenhada por Subfunção com Recursos de Todas as Fontes. → R$ = (6 + 7 + 8 + 9 + 10 + 11 + 12) → % = 100%.** | **7.242.869,55** | **100,00** |
| | 14. (-) Despesas não Consideradas em MDE. LF nº 9.394, de 20.12.1996, Art.71. = R$ 304.869,68 + R$ 174.594,29. | (479.463,97) | |
| | 15. (-) Restos a Pagar Inscritos no Exercício por Contas dos Recursos de Todas as Fontes sem Limite de Disponibilidade de Caixa. | 0,00 | |
| | **16. Total da Despesa Realizada em MDE por Subfunção com as Fontes do Limite Mínimo Constitucional de 25%. → R$ = (13 - 14 - 15) → % = (16/ 5).** | **6.763.405,58** | **100,00** |
| | 17. 25% das Fontes Recursos da Base Constitucional a Aplicar em MDE. → R$ = (5 x 25%) → % = 25%. | 3.626.545,82 | 25,00 |
| | **Resultado Líquido das Transferências do FUNDEB** | **R$** | **%** |
| | 18. Receitas Destinadas ao FUNDEB. – fl. 87 | 2.404.897,57 | |
| | 19. Receitas Recebidas do FUNDEB. | 2.427.657,65 | |
| | 20 . Resultado Líquido das Transferências do FUNDEB. → R$ = 19 e 19A > 18 → = Ganho Financeiro do FUNDEB. | 22.760,08 | |
| | 21. Resultado Líquido das Transferências do FUNDEB. → R$ = 18 > 19 → = Perda Financeira do FUNDEB. | 0,00 | |
| **LCF nº 101/2000 – LRF** | **Despesas Custeadas com Recursos de Outras Fontes Destinadas a MDE não Computada para fim de Apuração do Limite Mínimo** | **R$** | **%** |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **(art. 8º, parágrafo único)** | **Constitucional de 25%** | | |
| | 22. Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa do Exercício Anterior do FUNDEB. (Válido até o Exercício de 2012). | 0,00 | |
| | 23. Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa do FUNDEB acima do Limite de Até 5%. (Válido somente a partir do Exercício de 2013). | 1.885,75 | |
| | 24. Despesas Custeadas com Ganho Financeiro junto ao FUNDEB. | 22.760,08 | |
| | 25. Despesas Custeadas com a Complementação da União ao FUNDEB. | 0,00 | |
| | 26. Despesas Custeadas com Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB. | 4.070,32 | |
| | 27. Despesas Custeadas com Aplicação Financeira de Outros Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino. | 0,00 | |
| | 28. Despesas Custeadas com as Transferências do Salário-Educação. | 128.968,85 | |
| | 29. Despesas Custeadas com as Transferências Diretas – PDDE. | 0,00 | |
| | 30. Despesas Custeadas com as Transferências Diretas – PNAE. = R$ 85.224,00 já deduzido do item 14. | 0,00 | |
| | 31. Despesas Custeadas com as Transferências Diretas – PNATE. | 56.349,42 | |
| | 32. Despesas Custeadas com as Outras Transferências do FNDE. = R$ 7.300,00 + 639.680,00 + R$ 34.557,89 + R$ 60.092,40 + R$ 23.849,70 | 765.479,99 | |
| | 33. Despesas Custeadas com Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE. | 0,00 | |
| | 34. Despesas Custeadas com Transferências de Convênios Corrente e Capital = R$ 185.760,00 + R$ 847.986,50 | 1.033.746,50 | |
| | 35. Despesas Custeadas com Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios. | 0,00 | |
| | 36. Despesas Custeadas com Receita de Operações de Crédito. | 0,00 | |
| | 37. Despesas Custeadas com Parcelas de 75% da Participação no Resultado ou na Compensação Financeira pela Exploração de Petróleo e Gás Natural, § 3º do Art. 2º da Lei Federal nº 12.858, de 09.09.2013. | 0,00 | |
| | 38. Despesas Custeadas com Outras Receitas Adicionais do FUNDEB, Inclusive Transferências Financeiras do Tesouro Municipal. | 0,00 | |
| | 39. Cancelamento de Restos Pagar, no exercício, para Compensar sua Inclusão como Despesa Realizada no Exercício Anterior, contabilizado na forma do *Caput* do Art. 212 da CF. | 0,00 | |
| | **40 - Total da Despesa Custeada com Recursos de Outras Fontes Destinadas a MDE não Computada para fim de Apuração do Limite Mínimo Constitucional de 25%. → R$ = (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28 + 29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36 + 37 + 38 + 39) → % = 100%.** | **2.013.260,91** | **100,00** |
| **CF/1988 (art.212, caput)** | **Resultado, no Exercício, da Aplicação dos Recursos Constitucionais Mínimo de 25% a Aplicar e Aplicado em MDE** | **R$** | **%** |
| | 41. Recursos a Aplicar com as Fontes do Limite Mínimo Constitucional de 25% em MDE. → R$ = Item 17 → % = 25%. | 3.626.545,82 | 25,00 |
| | **42. Total da Despesa Realizada, no exercício, para fim de Apuração do Limite Mínimo Constitucional de 25% em MDE, Inclusive Perda Financeira do FUNDEB. → R$ = (16 + 21 - 40) → % = (42 / 5).** | **4.750.144,67** | **32,74** |
| | **43. Resultado do Exame da Aplicação em MDE, no Exercício, dos Recursos do Limite Mínimo Constitucional de 25%. → Regular 42 > 41 → Irregular 42 < 41.** | **REGULAR** | |

Fonte: Anexo 7 – Programa de Trabalho Consolidado, peça nº 8, fls. 60, Anexo 10 – Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada Consolidado, peça nº 10, fls. 83/88, e Prestação de Contas Anuais do FUNDEB (Processo TC/5240/2013).

**MEMÓRIA DE CALCULO CONSTITUCIONAL E LEGAL**

| MEMÓRIA DE CÁLCULO<br>MANUTENÇÃO DO ENSINO PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA<br>FUNDEB | | | |
|---|---|---|---|
| **Fundamento** | **Receitas do FUNDEB** | **R$** | **%** |
| **ADCT da CF (art. 60, II)** | 1. Transferências de Recursos do FUNDEB. | 2.427.657,65 | |
| | 2. Complementação da União ao FUNDEB. | 0,00 | |
| | 3. Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB (Remuneração de depósitos bancários). | 4.070,32 | |
| | 4. Outras Receitas do FUNDEB. | 0,00 | |
| | **5. Total dos Recursos do FUNDEB a Aplicar no Exercício. → R$ = (1+ 2 + 3 + 4) → % = 100%.** | **2.431.727,97** | **100,00** |
| **LF nº 9.394/1996 – LDB (artigos 70 e 71) e LF nº 11.494/2007 (art.22)** | **Despesa Empenhada do FUNDEB por Subfunção em Educação Básica Pública** | **R$** | **%** |
| | 6. Educação Infantil. | 1.266.050,91 | |
| | 7. Ensino Fundamental, inclusive Educação de Jovens e Adultos. | 1.171.108,60 | |
| | 8. Educação Especial. | 0,00 | |
| | **9. Total da Despesa Empenhada por Subfunção com a Educação Básica Pública. → R$ = (6 + 7 + 8) → % = 100%.** | **2.437.159,51** | **100,00** |
| **ADCT da CF (art. 60, XII)** | **Recursos Financeiros do FUNDEB Destinados ao Pagamento da Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica em efetivo Exercício** | **R$** | **%** |
| | 10. Despesa Empenhada Destinada ao Pagamento da Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica em efetivo Exercício, inclusive Encargos Sociais, menos transferências financeiras do Tesouro Municipal, se houver. Art. 22 da Lei Federal nº 11.494, de 20.06.2007. | 2.215.384,02 | |
| | 11. (-) 60% das Despesas custeadas com o Superavit Financeiro do Exercício Anterior dos Recursos do FUNDEB → Superavit Financeiro x 60%. = R$ 1.885,75 | (1.131,45) | |
| | 12. (-) 60% dos Restos a Pagar Inscritos no Exercício sem Disponibilidade Financeira com Recursos Financeiros do FUNDEB. | 0,00 | |
| | **13. Total do Pagamento da Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica em Efetivo Exercício com Recursos Financeiros do FUNDEB. → R$ = (10 - 11 - 12) → % = (13/5).** | **2.214.252,57** | **91,06** |
| | **14. Mínimo de 60% dos Recursos Financeiros do FUNDEB Destinados para Remuneração do Pagamento dos Profissionais do Magistério da Educação Básica em Efetivo Exercício (Lei nº 11.494/2007, art. 22). → R$ = (item 5 x 60%) → % = (60%).** | **1.459.036,79** | **60,00** |
| | **15. Resultado do Exame → Regular 13 > 14→ Irregular 13 < 14.** | **Regular** | |

Fonte: Anexo 6 – Programa de Trabalho, peça 11, fls. 95, Anexo 10 – Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada, peça 12, fls. 109/110, e Anexo 14 – Balanço Patrimonial do Exercício Anterior, peça 18, fls. 125.

| Saldo Disponível dos Recursos Recebidos do FUNDEB até o Limite de 5% | | | |
|---|---|---|---|
| **LF nº 11.494/2007 (art. 21, § 2º)** | **Especificação** | **R$** | **%** |
| | 1. Receitas do FUNDEB. → R$ = Item 5 → % = 100%. Fonte: anexo 13. | 2.431.727,97 | |
| | 2. Saldo de Disponibilidade para o Exercício Seguinte. Fonte: anexo 14. | 754,10 | |
| | 3. (-) Passivo Financeiro. Fonte: anexo 14. | 0,00 | |
| | **4. Saldo para o Exercício Seguinte para efeito do Limite de 5%. → Fonte: Anexo 14 e Anexo 13. → R$ = 100% → % = (2-3)/1** | **754,10** | **0,04** |
| | 5. Limite de até 5% das Receitas do FUNDEB aplicados no 1º Trimestre do exercício seguinte. → R$ = (1 X 5%) | 121.586,40 | 5,00 |
| | **6 . Resultado do Exame. → Regular 4 < 5 → Irregular 4 > 5.** | **Regular** | |

Fonte: Anexo 10 – Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada, peça 12, fls. 109/110, e Anexo 14 – Balanço Patrimonial do Exercício, peça 6, fls. 78.

**ANEXO IV**
**TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS DA UNIÃO PARA A SAÚDE**

## Consolidada

Os campos com ✱ são obrigatórios.

✱ Ano: 2012 | ✱ Estado: MATO GROSSO DO SUL | ✱ Município: PEDRO GOMES

Consultar | Limpar

**Resultado da Consulta**

| UF | Ano | Código IBGE | População | Ano Censo |
|---|---|---|---|---|
| MS | 2012 | 500640 | 7.738 habitantes | 2016 |

De acordo com o filtro realizado, os valores apresentados serão de repasses municipais de PEDRO GOMES do Estado de MATO GROSSO DO SUL

**Total de Repasses por Bloco**

| Bloco | Valor Total | Valor Desconto | Valor Líquido |
|---|---|---|---|
| ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA | R$ 43.538,76 | R$ 0,00 | R$ 43.538,76 |
| ATENÇÃO BÁSICA | R$ 806.209,54 | R$ 0,00 | R$ 806.209,54 |
| INVESTIMENTO | R$ 6.000,00 | R$ 0,00 | R$ 6.000,00 |
| MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR | R$ 117.944,82 | R$ 996,84 | R$ 116.947,98 |
| VIGILÂNCIA EM SAÚDE | R$ 77.853,84 | R$ 0,00 | R$ 77.853,84 |
| Total Geral | R$ 1.051.546,96 | R$ 996,84 | R$ 1.050.550,12 |

**TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS DO ESTADO PARA A SAÚDE**

**Transferências Estaduais da SES para os Sistemas de Saúde de PEDRO GOMES/MS**

**Fonte 0100**

| ASSISTENCIA FARMA-CEUTICA | OB | Data | Valor | CNPJ | Razão Social | Destino/Incentivo |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **AF - FARMACIA BASICA** | 2012OB00030 | 12/01/2012 | 1.232,87 | 03352986000157 | PEDRO GOMES | FARMACIA BASICA PARC. 12 |
| | 2012OB01276 | 10/02/2012 | 1.232,87 | 03352986000157 | PEDRO GOMES | FARMACIA BASICA PARC. 01 - 2012 |
| | 2012OB01817 | 05/03/2012 | 1.232,87 | 03352986000157 | PEDRO GOMES | FARMACIA BASICA PARC. 02 - 2012 |
| | 2012OB02926 | 03/04/2012 | 1.232,87 | 03352986000157 | PEDRO GOMES | FARMACIA BASICA PARC.03 - 2012 |
| | 2012OB04826 | 18/05/2012 | 1.232,87 | 03352986000157 | PEDRO GOMES | FARMACIA BASICA PARC.04 - 2012 |
| | 2012OB05330 | 01/06/2012 | 1.232,87 | 03352986000157 | PEDRO GOMES | FARMACIA BASICA PARC.05 - 2012 |
| | 2012OB06818 | 02/07/2012 | 1.232,87 | 03352986000157 | PEDRO GOMES | FARMACIA BASICA PARC.06 - 2012 |
| | 2012OB08114 | 07/08/2012 | 1.232,87 | 03352986000157 | PEDRO GOMES | MACIA BASICA PARC.07 - 2012 |
| | 2012OB09297 | 06/09/2012 | 1.232,87 | 03352986000157 | PEDRO GOMES | FARMACIA BASICA PARC.08 - 2012 |
| | 2012OB10474 | 01/10/2012 | 1.232,87 | 03352986000157 | PEDRO GOMES | FARMACIA BASICA PARC.09 - 2012 |
| | 2012OB11653 | 05/11/2012 | 1.232,87 | 03352986000157 | PEDRO GOMES | FARMACIA BASICA PARC.10 - 2012 |
| | 2012OB12659 | 03/12/2012 | 1.232,87 | 03352986000157 | PEDRO GOMES | FARMACIA BASICA PARC.11 - 2012 |
| **Valor Total AF - FARMACIA BASICA** | | | **14.794,44** | | | |
| | | | | | | |
| **AF - INSULINOS DEPENDENTES** | 2012OB00027 | 12/01/2012 | 331,42 | 03352986000157 | PEDRO GOMES | INSULINOS - PARC. 12 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2012OB01277 | 10/02/2012 | 331,42 | 03352986000157 | PEDRO GOMES | INSULINOS - PARC. 01 - 2012 |
| | 2012OB01818 | 05/03/2012 | 331,42 | 03352986000157 | PEDRO GOMES | INSULINOS - PARC. 02 - 2012 |
| | 2012OB02925 | 03/04/2012 | 331,42 | 03352986000157 | PEDRO GOMES | INSULINOS - PARC. 03 - 2012 |
| | 2012OB04825 | 18/05/2012 | 331,42 | 03352986000157 | PEDRO GOMES | INSULINOS - PARC. 04 - 2012 |
| | 2012OB05332 | 01/06/2012 | 331,42 | 03352986000157 | PEDRO GOMES | INSULINOS - PARC. 05 - 2012 |
| | 2012OB06819 | 02/07/2012 | 331,42 | 03352986000157 | PEDRO GOMES | INSULINOS - PARC. 06 - 2012 |
| | 2012OB08118 | 07/08/2012 | 331,42 | 03352986000157 | PEDRO GOMES | INSULINOS - PARC. 07- 2012 |
| | 2012OB09296 | 06/09/2012 | 331,42 | 03352986000157 | PEDRO GOMES | INSULINOS - PARC. 08- 2012 |
| | 2012OB10476 | 01/10/2012 | 331,42 | 03352986000157 | PEDRO GOMES | INSULINOS - PARC. 09- 2012 |
| | 2012OB11652 | 05/11/2012 | 331,42 | 03352986000157 | PEDRO GOMES | INSULINOS - PARC. 10- 2012 |
| | 2012OB12660 | 03/12/2012 | 331,42 | 03352986000157 | PEDRO GOMES | INSULINOS - PARC. 11 - 2012 |
| **Valor Total AF - INSULINOS DEPEN-DENTES** | | | **3.977,04** | | | |
| **Valor Total ASSIS-TENCIA FARMACEU-TICA** | | | **18.771,48** | | | |

| ATENCAO BASICA | OB | Data | Valor | CNPJ | Razão Social | Destino/Incentivo |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **ATB - ESF - SAUDE DA FAMILIA** | 2012OB00221 | 13/01/2012 | 7.254,00 | 10693916000128 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PEDRO GOMES | SAUDE FAMILIA - PARC. 12 |
| | 2012OB01261 | 09/02/2012 | 7.254,00 | 10693916000128 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PEDRO GOMES | SAUDE FAMILIA - PARC. 01 - 2012 |
| | 2012OB01876 | 07/03/2012 | 7.254,00 | 10693916000128 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PEDRO GOMES | SAUDE FAMILIA - PARC. 02 - 2012 |
| | 2012OB03056 | 09/04/2012 | 7.254,00 | 10693916000128 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PEDRO GOMES | SAUDE FAMILIA - PARC. 03 - 2012 |
| | 2012OB04480 | 14/05/2012 | 7.254,00 | 10693916000128 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PEDRO GOMES | SAUDE FAMILIA - PARC. 04 - 2012 |
| | 2012OB05583 | 11/06/2012 | 7.254,00 | 10693916000128 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PEDRO GOMES | SAUDE FAMILIA - PARC. 05 - 2012 |
| | 2012OB07119 | 09/07/2012 | 7.254,00 | 10693916000128 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PEDRO GOMES | SAUDE FAMILIA - PARC. 06 - 2012 |
| | 2012OB08253 | 07/08/2012 | 7.254,00 | 10693916000128 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PEDRO GOMES | SAUDE FAMILIA - PARC. 07 - 2012 |
| | 2012OB09576 | 10/09/2012 | 7.254,00 | 10693916000128 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PEDRO GOMES | SAUDE FAMILIA - PARC. 08 - 2012 |
| | 2012OB10772 | 05/10/2012 | 7.254,00 | 10693916000128 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PEDRO GOMES | SAUDE FAMILIA - PARC. 09 - 2012 |
| | 2012OB11843 | 08/11/2012 | 7.254,00 | 10693916000128 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PEDRO GOMES | SAUDE FAMILIA - PARC. 10 - 2012 |
| | 2012OB12756 | 05/12/2012 | 7.254,00 | 10693916000128 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PEDRO GOMES | SAUDE FAMILIA - PARC. 11 - 2012 |
| **Valor Total ATB - ESF - SAUDE DA FAMILIA** | | | **87.048,00** | | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **ATB - PACS - AGENTES DE SAUDE** | 2012OB00483 | 16/01/2012 | 2.560,00 | 10693916000128 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PEDRO GOMES | AGENTE COMUNITARIO - PARC. 12 - 2011 |
| | 2012OB01235 | 08/02/2012 | 2.560,00 | 10693916000128 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PEDRO GOMES | AGENTE COMUNITARIO - PARC. 01 - 2012 |
| | 2012OB01877 | 07/03/2012 | 2.560,00 | 10693916000128 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PEDRO GOMES | AGENTE COMUNITARIO - PARC. 02 - 2012 |
| | 2012OB03116 | 09/04/2012 | 2.560,00 | 10693916000128 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PEDRO GOMES | AGENTE COMUNITARIO - PARC. 03 - 2012 |
| | 2012OB04477 | 14/05/2012 | 2.560,00 | 10693916000128 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PEDRO GOMES | AGENTE COMUNITARIO - PARC. 04 - 2012 |
| | 2012OB05627 | 12/06/2012 | 2.560,00 | 10693916000128 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PEDRO GOMES | AGENTE COMUNITARIO - PARC. 05 - 2012 |
| | 2012OB07112 | 09/07/2012 | 2.560,00 | 10693916000128 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PEDRO GOMES | AGENTE COMUNITARIO - PARC. 06 - 2012 |
| | 2012OB08254 | 07/08/2012 | 2.560,00 | 10693916000128 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PEDRO GOMES | AGENTE COMUNITARIO - PARC. 07 - 2012 |
| | 2012OB09612 | 10/09/2012 | 2.560,00 | 10693916000128 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PEDRO GOMES | AGENTE COMUNITARIO - PARC. 08 - 2012 |
| | 2012OB10766 | 05/10/2012 | 2.560,00 | 10693916000128 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PEDRO GOMES | AGENTE COMUNITARIO - PARC. 09 - 2012 |
| | 2012OB11846 | 08/11/2012 | 2.560,00 | 10693916000128 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PEDRO GOMES | AGENTE COMUNITARIO - PARC. 10 - 2012 |
| | 2012OB12733 | 05/12/2012 | 2.560,00 | 10693916000128 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PEDRO GOMES | AGENTE COMUNITARIO - PARC. 11 - 2012 |
| **Valor Total ATB - PACS - AGENTES DE SAUDE** | | | **30.720,00** | | | |
| **Valor Total ATENCAO BASICA** | | | **117.768,00** | | | |

| **MAC - MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE** | **OB** | **Data** | **Valor** | **CNPJ** | **Razão Social** | **Destino/Incentivo** |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **MAC - HPP** | 2012OB00104 | 12/01/2012 | 8.186,81 | 03352986000157 | PEDRO GOMES | PG HPP NOV/11 CI-1997/11/DGE/SES/MS |
| | 2012OB01429 | 15/02/2012 | 8.186,81 | 03352986000157 | PEDRO GOMES | PG RE-PAS.FINANC.HPP CI-189/12 DEZ/10 |
| | 2012OB01912 | 07/03/2012 | 8.186,81 | 03352986000157 | PEDRO GOMES | PG RE-PAS.FINANC.HPP JANEIRO/12 CI-393/12 |
| | 2012OB03065 | 09/04/2012 | 8.186,81 | 03352986000157 | PEDRO GOMES | PG RE-PAS.FINANC.HPP CI-526/10 FEV/12 |
| | 2012OB04238 | 09/05/2012 | 7.576,80 | 03352986000157 | PEDRO GOMES | PG RE-PAS.FINANC.HPP MARçO/12 CI-637/12 |
| | 2012OB05229 | 31/05/2012 | 7.881,81 | 03352986000157 | PEDRO GOMES | PG RE-PAS.FINANC.HPP ABRIL/12 CI-778/12 |
| | 2012OB06642 | 29/06/2012 | 7.309,92 | 03352986000157 | PEDRO GOMES | PG RE-PAS.FINANC.HPP MAI/12 CI-949/12 |
| | 2012OB08070 | 31/07/2012 | 7.938,99 | 03352986000157 | PEDRO GOMES | PG RE-PAS.FINANC.HPP JUNHO/12 CI-1100/12 |
| | 2012OB09413 | 04/09/2012 | 8.015,25 | 03352986000157 | PEDRO GOMES | PG HPP MES DE JULHO/2012 CI-1271/12/DGE |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2012OB10591 | 03/10/2012 | 8.015,25 | 03352986000157 | PEDRO GOMES | PG RE-PAS.FINANC.HPP AGOSTO/12 CI-1450/12 |
| | 2012OB11513 | 31/10/2012 | 8.015,25 | 03352986000157 | PEDRO GOMES | PG REP.FINANC.HPP SETEMBRO/12 CI-1585/12 |
| | 2012OB12830 | 06/12/2012 | 7.843,68 | 03352986000157 | PEDRO GOMES | PG RE-PAS.FINANC.HPP OUT/12 CI-1723/12 |
| **Valor Total MAC - HPP** | | | **95.344,19** | | | |
| **Valor Total MAC - MEDIA E ALTA COM-PLEXIDADE** | | | **95.344,19** | | | |
| | | | | | | |
| **VGS - VIGILANCIA EM SAUDE** | **OB** | **Data** | **Valor** | **CNPJ** | **Razão Social** | **Destino/Incentivo** |
| **VGS - VIGILANCIA SANITARIA** | 2012OB04276 | 10/05/2012 | 554,68 | 10693916000128 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PEDRO GOMES | PFVISA PARC. JAN/12 - ABR/12 |
| | 2012OB09189 | 29/08/2012 | 554,68 | 10693916000128 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PEDRO GOMES | PFVISA PARC. MAIO/12 - AGOST/12 |
| | 2012OB12574 | 30/11/2012 | 554,67 | 10693916000128 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PEDRO GOMES | PFVISA PARC. SET/12 - DEZ/12 |
| **Valor Total VGS - VIGILANCIA SANI-TARIA** | | | **1.664,03** | | | |
| **Valor Total VGS - VIGILANCIA EM SAUDE** | | | **1.664,03** | | | |
| **Valor Total da Fonte 0100** | | | **233.547,70** | | | |
| | | | | | | |
| **Fonte 0281** | | | | | | |
| **MAC - MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE** | **OB** | **Data** | **Valor** | **CNPJ** | **Razão Social** | **Destino/Incentivo** |
| **MAC - AMBULATI** | 2012OB04115 | 08/05/2012 | 30.000,00 | 10693916000128 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PEDRO GOMES | REPASSE PARCELA UNICA. CI 136/2012. |
| **Valor Total MAC - AMBULATI** | | | **30.000,00** | | | |
| | | | | | | |
| **MAC - HPP** | 2012OB00198 | 12/01/2012 | 15.757,73 | 03352986000157 | PEDRO GOMES | PG HPP NOV/11 CI-1997/11/DGE/SES/MS |
| | 2012OB01159 | 06/02/2012 | 14.468,27 | 03352986000157 | PEDRO GOMES | PG REPAS HPP DE-ZEMBRO/11 CI-189/12/DGE/ |
| | 2012OB01962 | 07/03/2012 | 16.531,42 | 03352986000157 | PEDRO GOMES | PG RE-PAS.FINANC.HPP JANEIRO/12 CI-393/12 |
| | 2012OB02983 | 09/04/2012 | 14.210,37 | 03352986000157 | PEDRO GOMES | PG RE-PAS.FINANC.HPP CI-526/10 FEV/12 |
| | 2012OB04315 | 09/05/2012 | 15.594,06 | 03352986000157 | PEDRO GOMES | PG RE-PAS.FINANC.HPP MARçO/12 CI-637/12 |
| | 2012OB05308 | 31/05/2012 | 17.352,21 | 03352986000157 | PEDRO GOMES | PG RE-PAS.FINANC.HPP ABRIL/12 CI-778/12 |
| | 2012OB06727 | 29/06/2012 | 17.408,30 | 03352986000157 | PEDRO GOMES | PG RE-PAS.FINANC.HPP MAI/12 CI-949/12 |
| | 2012OB08018 | 31/07/2012 | 18.326,60 | 03352986000157 | PEDRO GOMES | PG RE-PAS.FINANC.HPP JUNHO/12 CI-1100/12 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2012OB09465 | 04/09/2012 | 19.281,92 | 03352986000157 | PEDRO GOMES | PG HPP MES DE JULHO/2012 CI-1271/12/DGE |
| | 2012OB10652 | 03/10/2012 | 19.281,92 | 03352986000157 | PEDRO GOMES | PG RE-PAS.FINANC.HPP AGOSTO/12 CI-1450/12 |
| | 2012OB11585 | 31/10/2012 | 19.281,92 | 03352986000157 | PEDRO GOMES | PG REP.FINANC.HPP SETEMBRO/12 CI-1585/12 |
| | 2012OB12802 | 06/12/2012 | 17.132,44 | 03352986000157 | PEDRO GOMES | PG RE-PAS.FINANC.HPP OUT/12 CI-1723/12 |
| **Valor Total MAC - HPP** | | | **204.627,16** | | | |
| **Valor Total MAC - MEDIA E ALTA COM-PLEXIDADE** | | | **234.627,16** | | | |
| | | | | | | |
| **VGS - VIGILANCIA EM SAUDE** | **OB** | **Data** | **Valor** | **CNPJ** | **Razão Social** | **Destino/Incentivo** |
| **VGS - VACINAS** | 2012OB01273 | 10/02/2012 | 571,90 | 03352986000157 | PEDRO GOMES | VACINAS - FEV/2012 |
| **Valor Total VGS - VACINAS** | | | **571,90** | | | |
| **Valor Total VGS - VIGILANCIA EM SAUDE** | | | **571,90** | | | |
| **Valor Total da Fonte 0281** | | | **235.199,06** | | | |
| | | | | | | |
| **Total Estadual (Re-cursos Próprios)** | | | **233.547,70** | | | |
| **Total Federal (sob Gestão Estadual)** | | | **235.199,06** | | | |
| **Total Geral** | | | **468.746,76** | | | |

**ANEXO V**
**TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENAIS PARA O FUNDEB**

Transferências para municípios

Detalhar

| UF | Municipio | Ano | FUNDEB |
|---|---|---|---|
| MS | Pedro Gomes | 2012 | R$2.427.657,65 |
| | | | R$2.427.657,65 |

| | | |
|---|---|---|
| **PROCESSO TC/MS** | : | TC/5738/2013 |
| **PROTOCOLO** | : | 1414010 |
| **UNIDADE JURISDICIONADA** | : | PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO GOMES - MS |
| **JURISDICIONADA/INTERESSADA** | : | MAURA TEODORO JAJAH |
| **TIPO DE PROCESSO** | : | CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DE 2012 |
| **RELATOR** | : | JERSON DOMINGOS |

**À Procuradoria de Contas,**

Encaminhamos os presentes autos, com o nosso parecer, conforme disposto Art. 110, §4º, inciso II, do RITC/MS, aprovado pela Resolução Normativa nº 76/2013.

Campo Grande/MS, 9 de fevereiro de 2018.

**PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS**
**CONSELHEIRA SUBSTITUTA**